

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE DOS CAMPOS

PROJETO DE LEI Nº 047/2024

“ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 7º DA LEI MUNICIPAL N.º 1.667 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023 DO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ONILTON JOÃO CAPELINI, Prefeito Municipal de Monte Alegre dos Campos, Estado do Rio Grande do Sul, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

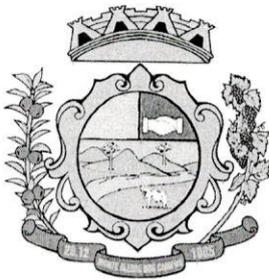
Art. 1º. O Artigo 7º da Lei Municipal nº 1.667/2023 passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 7º O Executivo e o Legislativo estão autorizados, nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% (trinta por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de dezembro de 2024.

Prefeito Municipal de Monte Alegre dos Campos - RS, 16 de dezembro de 2024.


Onilton João Capelini
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE DOS CAMPOS

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 047, de 16 de dezembro de 2024.

Encaminhamos as considerações que julgamos necessárias serem apresentadas a Vossas Senhorias, em relação ao incluso Projeto de Lei, o qual propõe a alteração de dispositivo na Lei Municipal n.º 1.667, de 23/11/2023 – Lei do Orçamento Anual (LOA) - que Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Monte Alegre dos Campos para o Exercício de 2024.

Verificando o artigo 7.º da Lei n.º 1.495/2021, observamos a necessidade excepcional e emergencial para finalizar o Exercício de 2024, de aumentar de 25% para 30% o limite para abertura de créditos adicionais suplementares da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras.

Esse limite já havia sido alterado no mês de setembro de 2024, de 20% para 25%, após aprovação por Vossas Senhorias, mas mostrou-se insuficiente para o cumprimento das obrigações orçamentárias até 31 de dezembro de 2024.

É necessária a medida ante a arrecadação municipal ter sido superior ao orçado para o exercício 2024.

A medida também é necessária para evitarmos até o final do Exercício de 2024 uma série de Projetos de Suplementação que trariam onerosas despesas tanto para o Poder Executivo quanto para o Poder Legislativo, inclusive a necessidade de convocação de seguidas Sessões Extraordinárias da Câmara, caso o Projeto não seja aprovado e o percentual elevado para 30% conforme proposta do Executivo.

Cabe ressaltar, que esta medida é de fundamental importância para o funcionamento da máquina pública, eis que por vezes demandas emergenciais, tais como aquisição de medicamentos, pagamento da folha de salário dos servidores, aquisição de combustível, aquisição de peças de caráter emergencial, manutenção dos serviços de transporte escolar, dentre outros, que em um dado momento para proceder a etapa do empenho orçamentário esteja com dotação insuficiente, teríamos que parar tais atividades, até que o Poder Legislativo aprovasse a transposição de recursos orçamentárias, de uma para outra rubrica, o que poderia levar alguns dias, interrompendo a execução dos serviços públicos essenciais.

Cabe repisar que a medida é somente para o Exercício de 2024, utilizando-se deste expediente até 31 de dezembro de 2024, não trazendo reflexos para o Exercício de 2025, que será tratado em Lei do Orçamento Anual própria a ser enviada a esta Casa Legislativa em breve.

Assim, esperando o pronunciamento dessa Egrégia Câmara seja favorável ao referido Projeto de Lei, solicitamos que seja aprovado aproveitando o ensejo para enviar-lhes nossas cordiais saudações.


Onilton João Capelini
Prefeito Municipal

Av. Pedro Zamban, 1000 - Fone: (54) 3908.3700
E-mail: assessoria gabinete.mac@gmail.com
Monte Alegre dos Campos - RS / CEP 95.236-000